

“Em frente pela reconstrução do Partido!” – A unificação dos grupos “marxistas-leninistas” e o processo revolucionário em Portugal

João Madeira*

Em Abril de 1974, à altura do derrube da ditadura, existiam no interior do país e no exílio mais de uma dezena de grupos que se reclamavam do marxismo-leninismo¹. Eram grupos minúsculos, profundamente sectários, dogmáticos e de reduzida ou nula implantação social, designadamente operária.

A maioria resultava de um intrincado processo de cisões e diferenciações a partir de 1966, quando a direcção da FAP/CMLP fora decapitada e a maioria dos seus principais dirigentes não suportara as violentas torturas e agressões a que foram sujeitos quando presos pela PIDE.

Isso tivera efeitos devastadores no interior, ao circunscrever a organização já de si frágil a uma existência residual, e também no exterior, sobretudo em Paris, onde não houve dirigentes com capacidade para segurar o que restava da organização. A sua imprensa tornara-se precária e o seu conteúdo contraditório, apesar do legado doutrinário deixado principalmente por Francisco Martins Rodrigues.

Emergiam, coexistindo e digladiando-se dentro da FAP/CMLP, Frente de Acção Popular/Comité Marxista-Leninista Português várias sensibilidades e correntes, fossem de pendor mais dogmático e acentuadamente maoísta fossem, inclusivamente, guevaristas, federalistas em matéria de organização e até trotskistas, provavelmente em actividade entrista.

Sem tempo para entrar em detalhes, o confronto decisivo foi na II conferência do CMLP, realizada na Primavera de 1968, em Paris, que origina uma constelação de pequenas cisões, que hão-de marcar o essencial do desenvolvimento da corrente marxista-leninista em Portugal, com fundamentalmente dois grupos a derivarem do CMLP – um, profundamente dogmático, que em 1970 fundaria o PCP(M-L) e outro, que, logo em 1968, constituiria o grupo

* Investigador integrado do IHC, FCSH-NOVA.

¹ Cf. Miguel Cardina, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China, 2011, Mapa das organizações «marxistas-leninistas» e maoístas em Portugal, apud pp. 144-145.

“O Comunista”, baseado em núcleos dispersos e com um funcionamento federativo².

A evolução da conjuntura nacional e internacional – Maio de 68, revolução cultural chinesa, agravamento da guerra colonial, o marcelismo e a radicalização social, a Tricontinental e os efeitos prolongados da revolução cubana, a invasão da Checoslováquia, as experiências guerrilheiras latino-americanas, a radicalização entre os católicos – tudo isso, em impactos de geometria variável, criava um ambiente propício ao surgimento de novos grupos, reclamando-se do marxismo-leninismo. É o caso, fundamentalmente, do MRPP, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, em 1970; do grupo “O Grito do Povo”, fundado na Foz do Douro em finais de 1968 e que se funde com “O Comunista”, dando origem à OCMLP, Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa em 1973, ou da URML, Unidade Revolucionária Marxista-Leninista, constituída em 1970.

Na génese destes três últimos grupos que referi, encontramos quatro características comuns: em primeiro lugar, não decorrem de uma cisão directa nem do PCP nem do CMLP; em segundo lugar, não se apoiam no legado do núcleo fundador da FAP/CML, principalmente de Francisco Martins Rodrigues; em terceiro lugar caldeiam-se intervindo na campanha oposicionista da CDE, Comissões Democráticas Eleitorais, nas eleições de 1969, mas em contracorrente, defendendo a não ida às urnas e, finalmente, em quarto lugar, estruturam-se basicamente dentro do país.

Todos se demarcavam e se opunham com enfatizada agressividade verbal ao PCP e buscavam alinhamentos e referências internacionais no Partido Comunista da China e no Partido do Trabalho da Albânia, nas respectivas experiências revolucionárias e modelos de construção do socialismo, ainda que os partidos e grupos marxistas-leninistas europeus com quem se relacionam fosse de espectro bastante alargado, reflectindo justamente a multiplicidade de especificidades e de derivas, que também estava subjacente aos grupos portugueses.

Evoluindo directamente do tronco FAP/CMLP, destaquemos os CCRML, Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, criados em 1970, o grupo O Bolchevista, no mesmo ano e um pequeníssimo grupo constituído em inícios de 1973 – o CARP(M-L), Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista).

No período imediatamente anterior à queda da ditadura, estes grupos procuravam com considerável afã ultrapassar o óbice da implantação operária e

² Cf. João Madeira, La «groupusculisation» des «marxistes-leninistes» portugais dans l’émigration politique en France, in *Riveneuve Continents*, 22, Exil et migrations ibériques au XX^e siècle – Le temps de l’exil portugais (1926-1974), [Paris], Riveneuve éditions, 2016, pp. 124-143.

logravam os primeiros contactos individuais – as “pontas” no jargão da época – e as primeiras estruturas de fábrica ou em meio operário, como era o caso da URML na Lisnave e na Margem Sul do Tejo, dos CCRML em Pero Pinheiro ou na Sorefame, na coroa norte de Lisboa, do MRPP na corda industrial de Vila Franca ou da OCMLP no norte do país, a partir da cidade do Porto.

Mas estamos a falar em grupos muito pequenos, débeis em matéria de implantação e de actividade política e social, condicionados, para além disso, pela acção policial e dos aparelhos repressivos do regime, que os obrigava a uma actividade clandestina.

Todos já haviam, aliás, em maior ou menos escala, sofrido os efeitos da repressão. Tinham militantes presos ou em fuga; estes, obrigados à clandestinidade, constituíam o essencial das respectivas direcções. Estamos, porém, a falar, de pequenos núcleos dirigentes que não ultrapassariam os cinco elementos por organização.

O modelo de clandestinidade era, no essencial, decalcado dos esquemas organizativos do PCP. Os funcionários viviam numa casa clandestina, de acesso muito restrito e, apesar de uma maior ou menor movimentação de rua associada, a PIDE-DGS já há muito havia tipificado o essencial desse aparelho clandestino, o que, naturalmente constituía, a prazo, e considerando as debilidades orgânicas destas organizações marxistas-leninistas, um factor de exposição e fragilidade acrescidos face aos aparelhos repressivos do regime, susceptível de ter efeitos devastadores a prazo, não tivesse ocorrido em 1974, o 25 de Abril.

Só o MRPP fugia a estes esquemas de clandestinidade. Os seus funcionários viviam em casas de militantes legais e misturavam-se no torvelinho de entradas e saídas, num estilo de vida comum aos estudantes de inícios dos anos setenta, o que, aparentemente, teria baralhado de início, os esquemas de vigilância policial. Mas retiremos desta análise o MRPP, cujo percurso se afastou claramente dos restantes para o que aqui nos interessa.

Os grupos que derivavam do tronco comum da FAP/CMLP procuravam o apoio dos dirigentes “históricos” presos, principalmente de Martins Rodrigues, apoio que tinham como decisivo na sua legitimação e como factor de preponderância perante os restantes grupos.

Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e João Pulido Valente procuravam, a partir do forte de Peniche, onde se encontravam presos, acompanhar a actividade e as trajectórias do movimento m-l tanto no país como a nível internacional, o que era conseguido através das visitas de familiares ou das entradas e saídas de militantes m-l da prisão.

Ter-se-iam pronunciado, por exemplo, sobre o processo de constituição do PCP(M-L)³, debateram o manifesto do grupo francês La Gauche Proléta-

³ Cf. os documentos divulgados por Mendes [Carlos Janeiro], Anexo II Carta Campos

rienne⁴ ou acompanharam o processo de constituição quer de O Bolchevista quer do CARP(M-L) e apesar de terem desenvolvido uma narrativa, segundo a qual não se comprometeram nem apoiaram em exclusivo nenhum dos grupos existentes, há indícios e declarações contraditórios, designadamente de Rui d’Espiney, que apontam em sentido contrário, principalmente no que se refere aos dois grupos portugueses referidos⁵.

O derrube da ditadura em 1974, cria condições de intervenção política absolutamente novas – libertação dos presos políticos, designadamente dos que haviam fundado a FAP/CMLP, dez anos antes; regresso de muitos exilados e emigrantes já politicamente enquadrados; vaga grevista da Primavera-Verão desse ano; as primeiras ocupações massivas de bairros inteiros e o processo mais geral de radicalização que mobilizava segmentos expressivos da juventude estudantil, operária e trabalhadora.

À saída da prisão, os fundadores da FAP/CMLP aderem ao CARP(M-L), o que vai conferir a este grupo uma importância acrescida, apesar da sua pequeníssima dimensão inicial. O capital simbólico que muitos dos grupos tinham procurado, conseguia-o agora o CARP(M-L) com essas adesões, justamente nas novas condições políticas abertas pelo 25 de Abril.

Com excepção do PCP(M-L), todos estes grupos oriundos da FAP/CMLP, a que se juntava a URML, defendiam a reconstrução do Partido Comunista, na base de uma narrativa, hoje, historicamente, muito pouco consistente. No quadro do movimento comunista internacional, os efeitos do XX Congresso do PC da União Soviética havia estado na origem da degenerescência dos partidos comunistas – transição pacífica, culto da personalidade, denúncia dos crimes de Estaline, mudança de qualidade do regime soviético e das democracias populares, onde se instalara um capitalismo de estado e se formara uma nova burguesia com origem na burocracia partidária, e que configurava um novo bloco imperialista. A situação originara o dissídio sino-soviético, com os partidos chinês e albanês a polarizarem um novo movimento comunista internacional.

Segundo esta narrativa, no caso concreto de Portugal, a degenerescência do PCP resultara sua rendição à política krutchoviana do XX Congresso soviético e consagrara-se no V Congresso do PC Português, de 1957, que adoptara uma linha política de direita. Passava-se a exaltar o exemplo revo-

[Francisco Martins Rodrigues] e Anexo III, Carta de Brito [João Pulido Valente], in *Documentos da III Conferência do CMLP (Abril de 1975)*, II volume, s.l., edições A Verdade, s.d., pp. 59-70.

⁴ *Manifesto da Gauche Proletarienne*, mns, s.d [1970], 10 pp. [doc. cedido por Saul Nunes].

⁵ Cf. Ruy d’Espiney, media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/rui-despiney-reconstruir-a-partir-da-prisao/, s.d.

lucionário da história do PCP anterior a 1956 e a valorizar o exemplo de um conjunto de dirigentes comunistas, anteriormente falecidos, como Bento Gonçalves, Alfredo Dinis, Militão Ribeiro ou José Gregório.

A partir dos escritos de Martins Rodrigues, entre 1963 e 1965⁶, defendia-se a via revolucionária para o derrube do regime, considerava-se a etapa da revolução como democrática e popular, em demarcação com a etapa da revolução democrática e nacional de Álvaro Cunhal, que viria a ser consagrada no VI Congresso do PCP, de 1965, criticava-se a substituição da aliança operária-camponesa pela aliança do proletariado com a burguesia liberal, subtraindo ao proletariado independência e direcção de vanguarda, considerava-se em matéria de luta anticolonial que a política do PCP era de extracção chauvinista e de conciliação com o lastro colonialista da oposição republicana e liberal, defendia-se a importância da luta anticolonial e a solidariedade com os movimentos de libertação africanos e os povos das colónias, apelando à deserção do exército colonial.

Não obstante este património doutrinário, em Abril de 1974, alguns dos grupos marxistas-leninistas, para além de terem sido tocados pela repressão policial, viviam, ou tinham acabado de se recompor, de situações de crise interna.

Os CCR viviam desde Fevereiro-Março de 1974 uma situação de confusão e profunda clivagem ideológica, com os dirigentes do exterior e do interior a cindirem e a afastarem-se da organização, que, na prática, deixaria de existir em Abril. Em Maio, os ex-militantes do interior, como a si próprios se designavam, ultrapassando a tendência para integrarem outros grupos, decidem reconstituir os CCRML, cujo objectivo fundamental deveria ser a reconstrução do partido, assente no que achavam dever ser um sólido programa de combate⁷. Segundo Mariano Castro, um dos novos dirigentes, não seriam, todavia, mais de 30 militantes.

O PCP(M-L) entrara num lento processo de decomposição praticamente desde que adoptara esta designação em 1970, agravando-se nos anos de 1972-73 também entre o interior e o exterior. As divergências em torno da identificação do inimigo principal – se o PCP se o MRPP – escondiam rivalidades pessoais, desconfianças mútuas e uma avidez na disputa da liderança entre os dois principais dirigentes. Na prática iam-se diferenciando dois pequenos grupos, a facção Vilar e a facção Mendes, pseudónimos de Heduíno Gomes e Carlos Janeiro, os dois principais dirigentes, respectivamente

⁶ Cf. João Madeira, *Francisco Martins Rodrigues. Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Ela por ela/Abrente Editora, 2015, pp. 40-178.

⁷ Cf. Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, *Declaração sobre a reconstituição dos CCRML*, 15 de Julho de 1974, cicl. 3 pp. e *Manifesto dos CCRML*, Julho de 1974, cicl., 6 pp.

no exterior e interior, fortemente hostis entre si, usando o mesmo nome e os mesmos títulos de imprensa⁸. Era nesta situação que se encontravam no 25 de Abril. Nesta altura, ambas as facções desdenhavam e combatiam a ideia de reconstrução do partido. Cada um deles se assumia como o verdadeiro e único partido comunista marxista-leninista.

Na OCMLP, por sua vez, a situação de crise germinara, poucos meses depois da fusão entre os grupos que lhe deram origem, em torno da questão da violência contra o regime, entre uma tendência guerrilheirista e outra defensora da utilização da violência num contexto de radicalização de massas. Face à prisão de dois dos principais dirigentes, a primeira destas facções, num acto de mão armada, neutraliza a outra, prende alguns dos seus elementos, e institui-se como Direcção⁹. Neste quadro, a OCMLP chega ao 25 de Abril num estado de paralisia total.

A libertação dos três dirigentes históricos da FAP/CMLP e a sua adesão ao CARP(M-L) introduzem no movimento marxista-leninista um dado novo, que é conferido pelo ímpeto e pela orientação que emprestam a esta questão. A 9 de Maio de 1974, o CARP tem na rua um manifesto impresso afirmando que o fascismo continua à espreita, que o poder dos monopólios e do imperialismo prossegue, denunciando o PCP como partido da burguesia infiltrado entre o povo para o desviar da revolução, a constituição de comités de vigilância antifascista e de comités de soldados e marinheiros, a necessidade de mais iniciativa operária e popular, o despertar dos campos para forjar a aliança operária-camponesa, a independência imediata das colónias, a construção de uma ampla frente popular e, a terminar, claro a unificação dos grupos marxistas-leninistas e a reconstrução do partido¹⁰. Estava reposto e colocado na ordem do dia o programa dos marxistas-leninistas.

A reacção dos grupos desenvolve-se pelas semanas seguintes e parece claro que nesse percurso há a influência do CARP, que, entretanto, em Julho, se funde com o pequeno grupo Luta Comunista¹¹, que havia sido criado em 1972 por indivíduos dissidentes e expulsos de O Comunista no período que precedeu a fusão com O Grito do Povo.

Ainda em Maio, a URML organiza com a Liga Comunista Internacionalista, trotskista, o Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias e as Comissões de Base Socialistas, a que se associa a Liga de

⁸ Cf. Miguel Cardina, *Margem...*, pp. 72-73.

⁹ *Idem*, pp. 112-115.

¹⁰ Cf. Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista), *Aos operários e camponeses, soldados e marinheiros*, Lisboa, Edição de Deolinda Charrua, 9 de Maio de 1974, 4 pp.

¹¹ Cf. Comunicado, in *Luta Comunista*, 1, Agosto de 1974, p. 2.

União e Acção Revolucionária, um comício de uma proto-organização frentista que designaram de Esquerda Revolucionária¹², que, todavia, não terá seguimento.

A URML arrepiará rapidamente caminho por tão espúrias alianças, enveredando por um intenso trabalho autocrítico. *Revolução Proletária*, órgão central da URML expressa os resultados desse debate interno que culmina na I Conferência realizada em Janeiro-Fevereiro de 1975, que reconhece esse envolvimento como atitude “conciliatória e liberal em relação ao trotskismo”, demarca-se dos desvios praticistas e espontaneístas que teriam marcado a sua actuação anterior, que rebaixava o papel dirigente de qualquer organização que se reclamasse do marxismo-leninismo e que interpreta como reacção ao dogmatismo cego de organizações como o PCP(M-L) ou O Bolchevista e assume como prioridade o caminho da unidade dos marxistas-leninistas para a reconstrução do partido¹³.

Os CCR reconstituídos, por sua vez, produzem em Setembro um manifesto muito na linha do documento do CARP, onde é claramente colocada a questão da necessidade do partido, que seria a expressão da reunificação da vanguarda operária¹⁴.

A onda grevista, espontânea e impetuosa, da Primavera de 1974 permitira o emergir de lideranças operárias. Os grupos m-l como praticamente toda a esquerda radical, apostaram na medida das suas fracas forças no espaço deixado em aberto pelo PCP, que combateu furiosamente essas greves, apostado que estava na ocupação do aparelho de estado e na participação “responsável” no governo provisório, em quem quer o PS e à sua direita confiavam aliás para conter o movimento operário. Essa situação, como a grande manifestação dos operários da Lisnave em 12 de setembro, como a criação da Interempresas e a manifestação de 7 de Fevereiro de 1975 contra a NATO representa em larga medida o mergulho nas fábricas e empresas, através principalmente das Comissões de Trabalhadores e à margem dos sindicatos e, em consequência, o alargamento da base operária dessas organizações, com os respectivos processos de subida de operários a lugares de direcção, designadamente nos CCRML e na URML.

Neste contexto, e nesta fase, a OCMLP recompõe-se da sua crise interna e realiza a I Conferência Nacional em Julho de 1974, crescendo na base

¹² Cf. Na «Voz do Operário» Comício Unitário de quatro organizações de esquerda, in *Diário de Lisboa*, de 20 de Maio de 1974, p. 24.

¹³ Cf. As nossas tarefas na fase de reconstrução do Partido – análise do desvio espontaneísta da URML (Informe Político ao I Congresso da URML- Janeiro/Febrero 1975), in *Revolução Proletária*, número especial, s.d., pp. 1-14.

¹⁴ Cf. A Comissão Central dos Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, Em frente pela reconstrução do Partido! Tarefa central dos comunistas, in *Causa Operária*, n.º 1, Setembro de 1974, p. 7.

duma retórica pouco convencional e de uma propaganda agressiva, mas que não se exime à necessidade de afirmar a centralidade da reconstrução do partido, ao mesmo tempo que se procura demarcar do que, sem mencionar, chama de unitarismo sem princípios do CARP(M-L), por aceitar unidade na acção anticolonial com o grupo PCP(M-L), facção Mendes. E, curiosamente, considera que fora da corrente m-l estão apenas os grupos que se auto-intitulam partido comunista, o que, implicitamente, não exclui nem o MRPP nem outras pequenas organizações, a quem os dirigentes do CARP nunca haviam endereçado convite para conversações¹⁵.

Deste modo, o processo para a reconstrução do partido marxista-leninista corre como que em duas pistas. Numa, as três organizações – CARP, URML e CCRML, com reuniões semanais entre delegações a partir de Outubro de 1974 e, noutra, a OCMLP, rivalizando entre si de modo surdo, mas com expressão pública cada vez mais frequente.

No final do ano, com a realização de eleições constituintes no horizonte, discute-se entre as organizações m-l, a proposta do CARP de constituir uma frente eleitoral das organizações marxistas-leninistas para intervenção no processo eleitoral, o que a OCMLP recusa, argumentando com um conjunto de questões que exigiam resposta e clarificação ideológica, designadamente o unitarismo com o PCP(M-L)/Mendes, a aceitação de elementos expulsos de O Comunista e da OCMLP ou a desvalorização das vanguardas operárias forjadas antes do 25 de Abril¹⁶.

Neste contexto, o CARP, os CCRML e a URML anunciam publicamente no comício do jornal *Voz do Povo* de 18 de Dezembro de 1974, a constituição da UDP, União Democrática Popular. As suas iniciativas públicas como esse comício no Capitólio e o do Pavilhão dos Desportos, dias depois, recolhem um apoio popular que excedia quaisquer expectativas.

A UDP, frente legal de marxistas-leninistas, adopta como símbolo uma foice e um martelo, a partir de onde se desfralda uma bandeira vermelha. Constituída para o aproveitamento do período eleitoral e com ambições a organização de massas, suscitou ambiguidades e contradições de raiz, que se mantiveram duradouramente. No comício do Pavilhão dos Desportos, por exemplo, as principais intervenções, como a de João Pulido Valente, do CARP(M-L) ou de Vladimiro Guinot, da URML, abordam extensivamente o tema da reconstrução do partido.

¹⁵ Cf. Em frente pela reconstrução do Partido!, in *O Grito do Povo*, n.º 29, 1.ª quinzena de Setembro de 1974, pp. 1 e 8.

¹⁶ Cf. por exemplo Comunicado da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, de 24 de Dezembro de 1974, in *O Grito do Povo*, 35, de 9 de Janeiro de 1975, pp. 1, 2 e 8 ou Às direcções do CARP(m-l), CCRML e URML, O Comité Central da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, de 5 de outubro de 1974, in *Foice e martelo* n.º 1, Fevereiro de 1975, pp. 96-98.

No entanto, a UDP desempenhará um importante papel em todo o processo revolucionário. Meses mais tarde, nas eleições constituintes, em Abril de 1975, a UDP consegue 44.546 votos, correspondendo a 0,79% do total nacional, mas, mercê de uma maior concentração de votos no distrito de Lisboa, onde obtém 21.126 votos, isto é 1,67% dos votos naquele círculo eleitoral, consegue eleger o único deputado de toda a esquerda radical, proeza que repetirá nas primeiras legislativas, um ano depois. Na realidade, a votação no distrito de Lisboa corresponde praticamente a metade do total de votos obtidos (47,4%) pela UDP a nível nacional.

A OCMLP, por seu turno e na mesma lógica, lança a FEC(M-L), Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas). O grande objectivo comum, mas concorrente, era acumular rapidamente forças, procurando dar sinal público de um apoio popular crescente, que se reflectiria, naturalmente, na disputa que travavam com as forças que apoiavam a UDP pela hegemonia no processo de reconstrução do partido.

Nesta espécie de corrida pela dianteira nos resultados eleitorais, donde cada um esperava tirar como consequência a legitimação da sua superioridade neste processo, o PCP(M-L), facção Mendes, prepara a partir de Novembro o lançamento de uma organização frentista, que será o PUP, Partido de Unidade Popular. Porém, a evidente diferença de apoios, principalmente em relação à UDP, visível nos seus comícios e sessões públicas, inibe a sua participação eleitoral e terá tido um efeito importante na evolução imediata do próprio PCP(M-L), num contexto de considerável turbulência interna.

Nos primeiros meses de 1975, reuniões ampliadas conjuntas dos comités centrais das três organizações que apoiam a UDP desenvolvem um intenso trabalho comum de homogeneização política, o que tem expressão em iniciativas próprias que decorrem desse esforço, como a I Conferência da URML ou o debate que conduz ao documento *A luta pelo Marxismo-Leninismo nos CCRML*.

Este processo evidencia o papel da direcção do CARP, para o que conta com o ascendente que os antigos dirigentes históricos da FAP/CMLP tinham junto da generalidade dos dirigentes dos grupos com que se concertavam, no sentido de impor a correcção dos erros que entendiam ser dominantes no seio do movimento marxista-leninista e daquelas organizações em particular, que, nos termos do jargão corrente, eram o espontaneísmo, sectarismo e o liberalismo. Isso constituía, objectivamente, um processo de homogeneização política e doutrinária, aliás patente na Declaração Programática do CARP, que, desse ponto de vista, configurava uma proposta política dirigida às organizações m-l.

A Declaração considerava quatro aspectos fundamentais – a luta de massas anti-capitalista, a denúncia do PCP como um partido revisionista, a defesa da dos partidos comunistas da China e da Albânia e a adopção como

plataforma programática, do “programa do Partido Comunista de Portugal (m-l), elaborado em 1964 pela primitiva direcção do CMLP”¹⁷.

Na lógica dos dirigentes do CARP, era com a aceitação destes princípios programáticos que se criavam as condições para o processo formal de unificação, que, após a constituição de um Comité Central provisório, vai ocorrer na Conferência de Abril de 1975, dando origem à ORPC(M-L), Organização para a Reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista.

Com o informe deste CC provisório à Conferência, que se centrava na reconstrução do partido como objectivo imediato, marca a abertura de uma segunda fase desse processo, uma espécie de recta final com vista a esse objectivo. O documento proclamava que “A nossa ORPC(M-L) vai dar um grande impulso à formação do partido a curto prazo...”¹⁸.

Tratava-se apenas de combater as organizações que consideravam oportunistas ou dominadas por uma linha oportunista pressionando para que rectificassem as suas posições e se integrassem na fase final do processo reconstitutivo, o que se dirigia principalmente em relação à OCMLP e ao PCP(M-L), facção Mendes, já que excluía em absoluto algumas organizações, como o MRPP ou o PCP(M-L), facção Vilar ou grupúsculos como a UC(M-L), União Comunista (Marxista-Leninista) ou O Bolchevista, que se intitulava Partido Comunista de Portugal (em construção).

Em relação às organizações com quem continuavam a manter contactos seguiam atentamente a sua evolução, que procuravam influenciar. O PCP (M-L), facção Mendes, viria a dissolver-se formalmente numa Conferência, realizada em Abril de 1975 voltando a adoptar a designação de CMLP, isto é, como que repondo a situação existente entre 1968 e 1970 e iniciando um processo de autocritica pelo facto de terem alinhado na farsa que constituía a criação do PCP(M-L) como o partido reconstruído¹⁹, no que se reflectiria também o impacto do processo de unificação em curso e do lançamento da UDP.

O novo CMLP aprofunda este percurso, que culmina numa IV Conferência em Setembro de 1975, onde encerra o balanço autocrítico iniciado meses antes, e, num processo de aproximação à ORPC passa a participar nos esforços de reconstrução do partido, com reuniões bilaterais e comunicados conjuntos e, sobretudo, integrando-se na Comissão Organizadora do Congresso reconstitutivo do Partido Comunista – a COMORG, estrutura que se

¹⁷ [CARP M-L], *Declaração programática às organizações m-l, aos comunistas portugueses*, s.d., p. 14.

¹⁸ A nossa meta imediata – O Partido Comunista (M-L) (Informe do Comité Central), in *Revolução Proletária*, 1, Maio de 1975, p. 27.

¹⁹ Cf. Nota introdutória a *Documentos da III Conferência do CMLP (Abril de 1975)*, I Volume, s.l., Edições a Verdade, s.d. [1975], [pp. 3-4].

havia entretanto criado em Julho de 1975, por proposta do Comité Central da ORPC (M-L)²⁰.

A OCMLP, por sua vez, na sequência de um conjunto de reuniões em 10, 11 e 12 de Agosto para debater a proposta de constituição da COMORG, que virá a integrar, subscreve, um comunicado conjunto com a ORPC e o CMLP pela reconstrução do partido²¹, que será publicado no seu órgão central, juntamente com um editorial onde se declara que “Não mais os marxistas-leninistas se distribuirão por grupos com as suas organizações, suas lógicas internas, suas quezílias e sectarismos (...) O Partido vai renascer, e a canalha revisionista que hoje usurpa o seu nome glorioso melhor será fugir desde já...”²².

Porém, não obstante a veemência das declarações, vai precisando no mesmo número do jornal e num outro artigo²³ as condições em que participa na COMORG referindo-se a um conjunto de divergências, designadamente em matéria de bases programáticas para o futuro partido.

A nova fase, pautada pela existência da COMORG e pela publicação do seu órgão, a *Tribuna do Congresso*, a partir de Setembro de 1975, será dominada pela polémica entre a ORPC e a OCMLP e culminará com a OCMLP a retirar-se da Comissão Organizadora no final de Novembro desse ano.

Apesar das evidentes divergências políticas, a justificação para esse abandono é um pretexto menor, mas significativo. No informe sobre a reconstrução do partido aprovado na conferência de fundação da ORPC, na apreciação feita sobre os pequenos grupos, considera-se que a UC(M-L), grupúsculo constituído em 1973, tem uma postura doutrinária por um lado e intriguista por outra. Ora, em Abril de 1975, a UC(M-L) funde-se com o Núcleo José de Sousa, uma cisão de O Comunista operada na fase de cooperação com O Grito do Povo, constituindo a UCRP(M-L), União Comunista para a Reconstituição do Partido (Marxista-Leninista). É esta organização que em Outubro de 1975 solicita adesão à COMORG, ao mesmo tempo que critica o projecto de estatutos para o futuro partido em preparação.

A COMORG, por maioria ORPC/CMLP recusam, o que leva a OCMLP a carregar a sua declaração de voto de agressividade, considerando que a UCRP

²⁰ Cf. Comité Central da ORPC (m-l), Avante pelo Congresso de Reconstrução do Partido Comunista, in *Tribuna do Congresso*, s.n. [1], s.d. [Setembro de 1975], p. 2.

²¹ Cf. Comunicado conjunto dos Comités Centrais do Comité Marxista-Leninista Português, da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, da Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (M.L.), in *O Grito do Povo*, 44, 22 de Agosto de 1975, pp. 1 e 7.

²² Momento Histórico, in *O Grito do Povo*, 44..., p. 7.

²³ O Espírito de Partido venceu o espírito de grupo”, idem, pp. 1-2.

estava a ser discriminada e marginalizada²⁴, empolando assim uma situação, para mais em relação a uma organização que em boa parte era composta por membros que haviam sido expulsos do seu seio, caso do núcleo José de Sousa, tido como um desvio trotskista no movimento marxista-leninista²⁵.

Este incidente viria a constituir o pretexto próximo para o agudizar de uma situação que vinha sendo marcada por atritos e bloqueios na progressão dos trabalhos, sendo acusados, principalmente pela ORPC, de desinteresse e de incumprimento de compromissos nas questões a abordar²⁶, acabando por propor o adiamento da data de realização do congresso constitutivo para o final do primeiro trimestre de 1976. Porém, a intenção seria abandonar a COMORG, decisão que foi tomada na reunião do CC da OCMLP de 30 de Novembro de 1975²⁷.

A questão em torno da admissão da UCRP constituiria o pretexto para esse abandono, mas se, porventura, essa organização tivesse sido aceite na COMORG, as condições de disputa pela hegemonia no seu seio tornar-se-iam mais vantajosas, pois desenhava-se uma convergência relativa entre posições políticas da OCMLP com a UCRP, designadamente quanto à definição de inimigo principal, onde residia afinal o essencial das divergências políticas no seio da COMORG e tema que estava justamente nessa altura no centro do debate, com a publicação nas páginas da Tribuna do Congresso do projecto de tese sobre a situação política internacional²⁸, a levar ao congresso.

O abandono da COMORG por parte da OCMLP abria a fase final do processo de reconstrução do Partido. A OCMLP passava a ser identificada como uma organização dominada por um grupo anti-partido e dotada de uma linha política “de direita” que confundia a questão do inimigo principal no lugar ocupado pelo país na conjuntura internacional e baseava-se numa análise distorcida da correlação de forças interna.

A ORPC e o CMLP desencadeiam uma forte campanha de pressão sobre os militantes da OCMLP, procurando atraí-los ao processo, procurando isolar os dirigentes da OCMLP, acusados de sectarismo. Só durante o mês de Dezembro de 1975, ambas as organizações, enquanto tal, ou a COMORG,

²⁴ Cf. Declaração de voto da OCMLP sobre a resolução da C.O., in *Tribuna do Congresso*, 4, 20/11/75, pp. 2-3.

²⁵ Cf O movimento marxista-leninista em Portugal, in *Foice e Martelo*, 1, Fevereiro de 1975, pp. 40-41.

²⁶ Cf. Quem quer o Congresso? Quem luta contra ele, in *Tribuna do Congresso*, 6, 6/12/75, p. 3.

²⁷ Cf. Linha anti-Partido, in *O Grito do Povo*, 72, de 20 de Março de 1976, p. 2.

²⁸ Cf. A Revolução no mundo e a luta contra as superpotências, in *Tribuna do Congresso*, 5, 27/11/75, pp. 3-5.

anunciam em documento conjunto que o partido vai surgir, enviam uma mensagem à II conferência Nacional da OCMLP percebendo a existência de discordância sérias no seu seio e dirigem dois documentos em carta aberta aos militantes da OCMLP, a última das quais em 23 de Dezembro de 1975²⁹.

O congresso que funda o PCP(R), Partido Comunista Português (Reconstruído) inicia-se em 27 de Dezembro, decorre em seis sessões e terá terminado a 5 de Janeiro de 1976. Aos 163 delegados eleitos em conferências regionais preparatórias junta-se, já durante o congresso, um grupo de dirigentes e militantes que haviam abandonado a OCMLP.

A organização só virá, no entanto, a ser dissolvida, por decisão da sua III Conferência, em Março de 1976, expulsando os principais dirigentes que, no entendimento da Conferência, haviam bloqueado o processo de reconstrução do partido. Os restantes dirigentes e militantes integram-se nos vários escalões do PCP(R), incluindo o Comité Central, ainda que os quadros e militantes que se recusaram a aderir ao partido reorganizem a OCMLP nesse mesmo ano.

Este longo processo de 20 meses atravessou todo o processo revolucionário. A vaga grevista da Primavera de 1974 e o movimento de ocupação de casas, proporcionou a entrada de militantes vindos directamente do movimento social, o que permitiu alterar nos grupos m-l, e ainda que de modo relativo e diferenciado, o perfil dessas organizações. Esses grupos lançaram-se no trabalho político e social, diminuindo no conjunto da sua actividade, ainda que de modo parcial, o peso da agitação e propaganda, movimentaram-se com bastante à vontade nos mais variados tipos de grupos de vigilância anti-fascista que, praticamente todos eles, e cada um a seu modo, lançaram durante o ano de 1974; empenharam-se na construção de estruturas operárias e populares anteriormente inexistentes, como as comissões de trabalhadores e de moradores, de soldados e marinheiros.

Sem se quererem contaminar com as teses do poder popular veiculadas pela chamada esquerda revolucionária, participaram desse movimento e dessa corrente, procurando afirmar e afinar o papel dirigente das organizações m-l, numa concepção que lhes era, naturalmente, matricial, ajustamento que seria liderado pelo grupo de dirigentes da primitiva direcção da FAP/CMLP que hegemonizou todo o processo de reconstituição do partido, aplicando as concepções, o quadro analítico e os princípios programáticos que mantiveram no essencial desde 1964-65, dez anos antes.

²⁹ Cf. Quem quer o congresso? Quem luta contra ele?, O Partido vai surgir (Declaração dos CCs da ORPC (M-L) e do CMLP, Carta Aberta aos militantes da OCMLP, in *Tribuna do Congresso* n.º 6, 6/12/75; Mensagem à Conferência da OCMLP, *idem*, 9, 20/12/75; Aos militantes da OCMLP: Confiança no Congresso, *idem*, 9, 20-12-75; Carta aberta aos militantes da OCMLP, *idem*, 10, 24-12-75.

No auge da crise revolucionária, participaram do vertiginoso activismo daquele período sem, no entanto, nunca explicitarem que a revolução estava na ordem do dia. O próprio enquadramento doutrinário onde bebiam não lhes permitia que o afirmassem dessa forma.

O seu objectivo central era a reconstrução do partido, a esse objectivo subordinaram as restantes tarefas. Muitos quadros e militantes desse tempo reconhecem ter andado no terreno, nas lutas sociais e mesmo na luta institucional, no parlamento, entregues a si próprios sem uma orientação mínima que fosse, para além das resoluções políticas, inevitavelmente gerais e superficiais. Isso foi, aliás, particularmente evidente no próprio 25 de Novembro, pois enquanto faltava nas fábricas e na rua a presença e a orientação política, a Comissão Política da ORPC, enviava uma carta aberta aos militantes da OCMLP pressionando para que não apoiassem os seus dirigentes em ruptura com a COMORG.

No processo de criação do PCP(R) houve muita disputa sectária, muitas idiossincrasias pessoais, mas, sobretudo, uma disputa pela hegemonia do processo, pela afirmação de duas correntes diferenciadas, cuja origem era substancialmente anterior a 1974-76.

Na realidade, o veio que assentava na experiência da FAP/CMLP, e que viria a triunfar nessa disputa, era consideravelmente distinto do veio representado pela OCMLP. Distinguia-os a cultura e a identidade construída, a partir da chamada cisão de Francisco Martins Rodrigues no PCP. Se para a ORPC, continuavam fundamentais os textos do *Revolução Popular*, órgão do CMLP de 1964-65, já o mesmo não se verificava para a OCMLP, como reconhece o seu principal dirigente³⁰.

Na própria identificação do inimigo principal, aspecto fundamental no processo de construção estratégica destas organizações, o peso dado ao “social-fascismo” e ao “social-imperialismo” por parte da OCMLP contrastava com a identificação da direita política e do imperialismo americano apontados pela ORPC(M-L).

No próprio estilo da agitação e propaganda, como nas características do discurso político essas diferenças eram assinaláveis, não constituindo propriamente meros aspectos de pormenor ou de sensibilidade.

Na realidade, a OCMLP, no quadro da chamada corrente marxista-leninista estava efectivamente mais próxima de organizações como o MRPP, com quem aliás ensaiara ainda antes do 25 de Abril uma aproximação, que só as condições de clandestinidade teriam desacertado, ou com o pequeno grupo da UCRP(M-L).

³⁰ Cf. Pedro Baptista, *Da revolução gorada aos desafios do presente, Memórias II (1974-2014)*, Porto, Afrontamento, pp. 31-32.

Assim, parte da argumentação utilizada por ambas as organizações na litigância tem um fundo efectivamente real, independentemente das estratégias pela hegemonia e dos pretextos com que se embrulhavam na retórica discursiva.

Deste modo, o PCP(R), fruto desta trajectória unificadora, seria, no acto de fundação e nos primeiros meses moldado pelas concepções hegemónicas da corrente que o impulsionaria decisivamente, arrastando as outras organizações, forçando ao reconhecimento de práticas consideradas erradas, a alterações organizativas e identitárias significativas e inclusivamente a processos de cisão.

O PCP(R) surgia assim já depois da derrota infligida pela direita político-militar sobre o movimento operário e popular, com o 25 de Novembro de 1975, procurando disputar a hegemonia ao PCP, sem que se conseguisse diferenciar do essencial da sua cultura política mais profunda e evidenciando uma enorme dificuldade de se adaptar do ponto de vista táctico à nova situação de refluxo.

Bibliografia

BAPTISTA, Pedro, *Da revolução gorada aos desafios do presente, Memórias II (1974-2014)*, Porto, Afrontamento, 2015.

CARDINA, Miguel, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

MADEIRA, João, Francisco Martins Rodrigues. *Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Ela por ela/Abrente Editora, 2015.

MADEIRA, João, La «groupusculation» des «marxistes-leninistes» portugais dans l’émigration politique en France, in *Riveneuve Continents*, 22, Exil et migrations ibériques au XX^e siècle – Le temps de l’exil portugais (1926-1974), [Paris], Riveneuve éditions, 2016, pp. 124-143.

Documentos

Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas, Declaração sobre a reconstituição dos CCRML, 15 de Julho de 1974, cicl. 3 pp.

Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista), Aos operários e camponeses, soldados e marinheiros, Lisboa, Edição de Deolinda Charrua, 9 de Maio de 1974, 4 pp.

[CARP M-L], *Declaração programática às organizações m-l, aos comunistas portugueses*, s.d.

Documentos da III Conferência do CMLP (Abril de 1975), 2 volumes, s.l., edições A Verdade, s.d.

Manifesto da Gauche Proletarienne, mns, s.d [1970]., 10 pp [doc. Cedido por Saul Nunes].

Manifesto dos CCRML, Julho de 1974, cicl., 6 pp.

Entrevistas e Depoimentos

Ruy d’Espiney, media.rtp.pt/extremaesquerda/eu-estive-la/ruy-despiney-reconstruir-a-partir-da-prisao/, s.d.

Ruy d’Espiney, Setúbal, 13 de Fevereiro de 2012

Imprensa

Bandeira Vermelha, órgão central do PCP(R)

Causa Operária, Jornal Comunista [órgão dos CCRM-L]

Causa Operária, órgão central da ORPCM-L

Foice e martelo, órgão teórico da OCMLP

Folha Comunista, órgão da URML

(O) Grito do Povo, Jornal Comunista, [órgão da OCMLP]

Luta Comunista, Órgão do CARP (M-L)

Revolução Proletária, órgão do Comité Central da ORPC(M-L)

Tribuna do Congresso, jornal da Comissão Organizadora do Congresso de Reconstrução do Partido Comunista

João Madeira

Doutor em História Política e Social Contemporânea pela FCSH-NOVA, investigador integrado do IHC, membro do Grupo de História Política Comparada. Autor de *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais* (Estampa, 1996), *História do PCP* (Tinta da China, 2013) ou *Francisco Martins Rodrigues. Papéis da Clandestinidade e da prisão* (Ela por Ela/Abrente, 2015), entre outras obras, algumas em coautoria ou de carácter colectivo, assim como comunicações a colóquios e encontros científicos, assessoria em documentários ou curadoria de exposições. Áreas de Interesse: História do PCP e das oposições em Portugal, Violência política no Século XX, Processo revolucionário de 1974-75.